

## A C Ó R D ã O Nº 8.798

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 17.920.2006-46-TCE (C/ 09 Anexos)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas do Fundo de Assistência Social – FEAS, exercício de 2005.  
**RESPONSÁVEL:** Senhora **Maria das Graças Alves Pereira**  
**RELATOR:** Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Prestação de Contas. Fundo de Assistência Social – FEAS. Não encaminhamento das Prestações de Contas dos recursos transferidos a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos. Irregularidade. Devolução. Aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor a ser devolvido, com base no art. 88 da LCE nº 38/93. Aplicação de multa à gestora, prevista na LCE nº 38/93, art. 54, parágrafo único c/c o art. 89, inciso I. Descumprimento às determinações dos expedientes de fls. 251/252 – que deram cumprimento à diligência requerida por este Conselheiro-Relator à fl. 249. Abertura de processo autônomo para apurar a responsabilidade do Senhor Antonio Torres. Instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 44, § 1º, da LCE nº 38/93, para apurar a legalidade dos recursos transferidos a instituições privadas sem fins lucrativos. Correção das falhas de natureza contábil que comprometem os saldos patrimoniais da origem. Notificação do atual Gestor.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto divergente** do Conselheiro Antônio Jorge Malheiro: **1) considerar irregular** a Prestação de Contas do Fundo de Assistência Social – FEAS, exercício orçamentário e financeiro de 2005, de responsabilidade da Senhora **Maria das Graças Alves Pereira**, Secretária à época, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 51, inciso III, alínea “a”, em face do não encaminhamento das Prestações de Contas dos recursos transferidos a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos no valor de **R\$ 98.820,20** (noventa e oito mil, oitocentos e vinte reais e vinte centavos) cujas contas a origem omitiu-se de encaminhar a este Tribunal, mesmo após demandada especificamente para este fim; **2) condenar** a Gestora a **devolver** o montante de **R\$ 98.820,20** (noventa e oito mil, oitocentos e vinte reais e vinte centavos), acrescida de **multa de 10%** (dez por cento) do valor a ser devolvido, com base no art. 88 da LCE nº 38/93, no montante de **R\$ 9.882,02** (nove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e dois centavos); **3) aplicar multa** à Senhora **Maria das Graças Alves Pereira**, prevista na LCE nº 38/93, art. 54, parágrafo único c/c o art. 89, inciso I, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), em face da irregularidade constatada; **4) abrir processo autônomo** para apurar a responsabilidade do Senhor **Antonio Torres**, Secretário de Cidadania e Assistência Social no curso do exercício de 2011, em razão do **descumprimento** às determinações dos expedientes de fls. 251/252 – que deram cumprimento à diligência

**(A C Ó R D Ã O Nº 8.798 – FL. 02 de 02)**

**requerida por este Conselheiro-Relator** à fl. 249, que, em tese, configura a hipótese descrita no art. 89, inciso IV da LCE nº 38/93; e **5) notificar o atual Gestor** a fim de que corrija, no prazo de **30 (trinta) dias** a partir do recebimento deste, as falhas de natureza contábil que comprometem os saldos patrimoniais da origem, sob pena de responsabilidade em caso de reincidência. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do processo. **Vencidos em parte** o Conselheiro-Relator e a Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo que votaram pela não devolução do montante de R\$ 98.820,20 (noventa e oito mil, oitocentos e vinte reais e vinte centavos) e pela não aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor a ser devolvido, com base no art. 88 da LCE nº 38/93, no montante de R\$ 9.882,02 (nove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e dois centavos), mas pela instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 44, § 1º, da LCE nº 38/93, para apurar a legalidade dos recursos transferidos a instituições privadas sem fins lucrativos.-.-.-.-.-

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre  
Rio Branco – Acre, 10 de abril de 2014**

**Conselheiro VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/ACRE

**Conselheiro ANTÔNIO JORGE MALHEIRO**  
Voto vencedor

**Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Relator

Fui presente:

**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC